

Brasil, uma economia quase aberta

Ronaldo Magalhães *

26 JUN 1996 GAZETA MERCANTIL



cada vez maior desses agentes já entende que, se não se tornar eficiente e competitivo, vai acabar perdendo seu próprio "quintal". Afinal, seu muro de proteção caiu e o vizinho agora é o mundo. Aceitar a globalização como fenômeno irreversível faz parte da dieta da sobrevivência.

Outro motivo usado pelos defensores do "uso alternativo" dos mercados são as limitações representadas pela utilização de plena capacidade, em um ambiente de aquecimento econômico. Nessa situação, não se poderia atender simultaneamente às demandas existentes nos dois lados da fronteira. Porém, cabe ressaltar que essa restrição poderia ser resolvida, no médio e longo prazos, por maiores investimentos, nacionais e estrangeiros, que certamente ocorreriam na presença de condições macroeconômicas estáveis, como seria o caso brasileiro se o governo implementasse as já amplamente sugeridas reformas estruturais, que poderiam levar até, como subproduto natural, à total liberalização do câmbio, realidade na qual discussões sobre moeda defasada por vontade governamental perderiam o sentido.

Chamar a atenção para outras variáveis, que não a discussão envolvendo a paridade cambial, não significa descaso com o tema. Seria irresponsável não reconhecer o papel da política cambial na manutenção do equilíbrio macroeconômico de um país – o Mé-

xico não nos deixa esquecer. Porém, de certa forma, trata-se de um fenômeno pontual, conjuntural, podendo ser alterado quando o responsável pela área achar conveniente. Os demais instrumentos que iremos considerar, uns pertinentes à seara do governo e outros ligados à atuação da comunidade empresarial, têm características mais duradouras e definitivas, servindo de portão de acesso e garantia de

sobrevivência no comércio internacional, transformando o País em um participante de peso, tirando-o da condição de "player" eventual e, por consequência, marginal.

Assim, o enquadramento definitivo do Brasil no comércio internacional passa, inexoravelmente, pelo equacionamento dos problemas relacionados com o chamado "custo Brasil". Nesse sentido, na área de transportes, o investimento privado, sem distinção de origem, em melhoria de rodovias, ferrovias e portos, contribuirá significativamente para a redução dos custos envolvidos na atividade. Nesse âmbito, uma política mais agressiva de privatizações cumprirá papel fundamental. No tocante aos custos indiretos de mão-de-obra, que nos níveis em que se encontram hoje desclassificam os produtos aqui manufaturados, principalmente os mais intensivos nesse insumo, constata-se que as tentativas de minorar o problema ainda são tímidas – as centrais sindicais só agora começam a

despertar para os efeitos nefastos do monstro que ajudaram a criar.

Por sua vez, o peso dos impostos nas exportações, 12% em média, torna esse item nosso principal produto de exportação, US\$ 6 bilhões anuais, fenômeno sem paralelo no mercado internacional – cabe ressaltar que, em alguns casos, como o dos produtos siderúrgicos exportados, a carga tributária alcança 26%. Uma conquista da qual deveríamos nos envergonhar. Não se deve esquecer que, na arena externa, as disputas por mercados se decidem por centavos. Um por cento de ganho de custo pode significar a diferença entre vender ou ficar fora do jogo, às vezes para sempre.

Se as vendas externas alcançarem algo próximo a 15% do PIB, 2,8 milhões de novos empregos serão criados

Fica claro que, com uma carga tributária global em redor de 31% do PIB, por si só quase um recorde mundial, existe espaço para o governo reduzir, ou eliminar, a maioria desses tributos. Afinal, o que se arrecada tributando as exportações representa pouco mais de 3% do resultado global da voracidade do governo. As vantagens decorrentes desse arbrandamento mais do que compensariam as perdas na arrecadação, principalmente na presença de um setor público equilibrado fiscalmente. Estudos recentes da AEB apontam para as vantagens incontestáveis de uma política mais dinâmica para nossas exportações. Cada bilhão de dólares de mo-

vimento anual adicional gera 70 mil novos empregos. Portanto, se aumentarmos nossas vendas externas, dos atuais 8% do PIB, para algo próximo a 15%, isso resultaria em 2,8 milhões de novos postos de trabalho, ou 4,6% da atual população economicamente ativa. No lado das importações, em vez de considerar um aumento de tarifas para proteger nossa indústria, melhor seria implementar as mencionadas reformas e dar condições às empresas aqui instaladas para competir de maneira mais eficiente, contribuindo, também dessa forma, para a diminuição do desemprego.

O setor privado tem responsabilidade importante a assumir nesse contexto. Deve implementar mudanças fundamentais em suas empresas, visando mantê-las mais eficientes em termos de custo, evitando gastos supérfluos, investindo na melhoria de seus produtos, tornando-as, enfim, mais competitivas. Pode promover parcerias, por um lado com os governos de vários níveis, objetivando melhorias de infra-estrutura, entre outras; por outro, entre si, buscando sinergias, tirando proveito de desenvolvimentos conjuntos em diversas áreas, como tecnologia, objetivando ganhos de escala, produtividade e o consequente aumento de eficiência.

É um desafio de tal magnitude e importância que deve ser enfrentado de forma decidida por todos os interessados, por meio de esforços individuais, de associações de classe e órgãos do governo especializados no setor. O fundamental é contribuir com idéias, exercer pressão de forma organizada, para que as mudanças ocorram no menor espaço de tempo possível. O mercado se move muito rápido, ninguém esperará por nossos ajustes. O beneficiado final será o Brasil como um todo.

* Presidente do Comitê de Investimentos da Câmara Americana – SP e gerente de desenvolvimento de negócios do Banco Sul América.

Uma constante nas atuais discussões sobre comércio exterior é o interminável debate sobre a adequação da paridade entre o real e o dólar americano. Tentarei, nas linhas que se seguem, abordar o tema por outro ângulo, ressaltando itens tão ou mais importantes, por suas características de perenidade, para a inserção do Brasil no cenário do intercâmbio internacional de bens e serviços. Para facilitar o entendimento das idéias expostas, começarei por revisar alguns dados estatísticos relevantes.

O montante de nosso fluxo comercial externo situa-se hoje em US\$ 95 bilhões anuais. Essa cifra alcança, aproximadamente, 16% do PIB nacional. Comparando esse indicador com os observados em algumas economias maduras, França (36%), Espanha (29%), Alemanha (40%), Inglaterra (42%) ou mesmo com os encontrados em algumas das chamadas potências emergentes, México (50%), Chile (45%), Taiwan (67%), Coreia do Sul (55%), Cingapura (230%) e Hong Cong (200%), para citar apenas algumas, constata-se que o potencial de crescimento, no caso brasileiro, é significativo. Uma variação sobre o mesmo tema situa-se na participação do Brasil no conjunto do comércio internacional – hoje restrita a minguado 1,2%. Esse patamar está longe do potencial intrínseco do País. É inevitável fazer uma comparação, nos moldes descritos acima, para melhor clarificar a distância que nos separa das nações que adotaram, ao longo de seus processos de desenvolvimento, políticas eficientes de incentivo nessa área e que hoje contam com participações de, respectivamente, Japão (13%), EUA (13%), Alemanha (11%), França (6,3%), Inglaterra (5,8%), Taiwan (2,4%), Coreia do Sul (3%), Cingapura (2,9%), Hong Cong (4,5%) e México (2%) em "market share".

Note-se que nem sempre a realidade foi assim. No passado, em alguns